

MEMÓRIA E IDENTIDADE NA TRAJETÓRIA DOS ÓRFÃOS DE PAU DE COLHER: ACONTECIMENTOS, PESSOAS, LUGARES ¹⁰⁰

Ana Lúcia Aguiar Lopes Leandro¹⁰¹

Resumo

Este artigo alude ao movimento messiânico de Pau de Colher ocorrido no Norte da Bahia em 1938. A trajetória de desagregação do sertão, após a morte de seus pais, evento ocultado nos documentos oficiais, foi reconstruída através do trabalho da memória dos trinta e dois órfãos levados pelo Estado, para o Instituto de Preservação e Reforma, em Salvador.

Abstract

This article refers to the messianic movement of Pau de Colher that occurred in the north of Bahia in 1938. The trajectory of disaggregation of the backwoods, after the death of their parents, event hidden in official documents, was rebuilt through the work of memory of the thirty and two orphans brought by the State, for the Institute of Preservation and reform, in Salvador.

¹⁰⁰ Fundamentado nas pesquisas e estudos de minha tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba/Base Campina Grande intitulada **Morte, drama e vida dos órfãos de Pau de Colher: Rito, memória e identidade - uma história do percurso de voltar à terra.**

¹⁰¹ Doutora em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba, Mestra em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco e graduada em História pela Universidade Federal de Pernambuco. Professora do Departamento de Educação da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, oliveiraaguiar@msn.com

Introdução

Este artigo trata da história dos órfãos do movimento de Pau de Colher desconhecida, até hoje, pela historiografia brasileira. É possível que o predomínio da memória oficial sobre o evento responda essa questão.¹⁰² Essa memória, julgou o movimento de Pau de Colher com foco no conceito de messianismo entendendo-o como consequência da perda de identidade dos indivíduos em decorrência de uma anomia social. Atribui, a esse movimento, o caráter de fanatismo.

A história oficial limita o estudo, sobre Pau de Colher, aos acontecimentos apenas em sua origem sem demonstrar preocupação com o processo para além da “extinção” do mesmo após a repressão policial. Esse julgamento acreditamos, se constitui em um forte prejuízo para a historiografia, em particular e, em especial, para seu estudo do ponto de vista sócio antropológico. Trazem uma análise linear de seus acontecimentos e abordam o evento na perspectiva da história oficial.

Do lugar onde essa orfandade passou a ser prescrita pelo Estado, ocultada nos documentos oficiais, mas levantada, neste artigo, através da memória das trinta e duas crianças órfãs do movimento. Procuramos colocar o contexto histórico dos acontecimentos geradores do conseqüente drama inscrito na trajetória dos órfãos de Pau de Colher, as razões do seu deslocamento dos povoados de origem, separação do seu lugar de memória, os lugares da memória, a memória dos lugares da separação.

A preocupação é focalizar o movimento de Pau de Colher partindo do que sentimos ter sido uma lacuna na História de Pau de Colher. Nessa referida lacuna, em nossa leitura, estão os acontecimentos, as pessoas, os lugares na memória das crianças, hoje idosos, dos dias de separação do seu lugar de pertencimento em direção ao Instituto de Preservação e Reforma, em Salvador. Fatos acontecidos após a repressão policial e morte de seus pais quando da invasão à Pau de Colher pelas tropas da Brigada Militar de Pernambuco comandada pelo Capitão Optato Gueiros em 1938.

Estudo a memória dos órfãos sobre os componentes que fizeram parte do processo de separação de seu lugar de origem, o deslocamento, após a chegada a Casa Nova, até

¹⁰² Pau de Colher, localizada no município de Casa Nova, é a denominação do povoado onde se concentraram durante 28 dias os seguidores do Beato José Senhorinho. O povoado recebeu esse nome devido à abundância, no lugar, da árvore Pau de Colher.

Juazeiro da Bahia, e o internamento no Instituto de Preservação e Reforma, em Salvador. Esses momentos foram vivenciados pelas crianças em meio à solidão, à ausência de seus familiares e ao isolamento do seu lugar de pertencimento. Os elementos materiais e emocionais desse processo de separação se constituíram em marcas alimentadoras e sustentadoras do sentimento de identidade no momento posterior: o da *liminaridade*.

Quadros marcante ligados a esse processo. As cenas do dia e situação norteadores da separação das meninas do grupo dos meninos, o embarque no vapor que os conduziria à Escola de Menores, a chegada a Salvador, enfim, o cotidiano da separação. Dois grupos; dois destinos. As meninas espalhadas, por meio da “adoção”, por várias famílias da cidade de Casa Nova e outras cidades da região; os meninos levados para um internato. Os órfãos tiveram suas irmãs retiradas do convívio com o grupo e as meninas não conseguiram reatar, muitas delas, até hoje, os laços de família.

Tratamos da memória da ruptura o que denominamos de *liminaridade* (TURNER, 1974). Os órfãos foram separados dos seus povoados? Que decisões foram tomadas pela prefeitura de Casa Nova e o Coronel Tito Lamengo, comandante da Brigada Militar da Bahia? Como foi a retirada e a travessia das crianças de Casa Nova até Salvador? Para onde foram os órfãos? Que cenários levaram na memória? Que quadros materiais e emocionais compuseram a fase de separação? A “adoção” das meninas, e o internamento dos meninos, tiveram que significado nesse processo?

Antecedentes: memória do tempo e do lugar do massacre

Em janeiro de 1938 a Brigada Militar de Pernambuco penetra na região fronteira que liga os Estados de Pernambuco, do Piauí e da Bahia. As tropas policiais militares caminham horas apreensivas, por entre picadas desconhecidas, à caça de homens “ferozes”, “bandoleiros”, “fanatizados”. Noventa e seis homens obedecem a ordens do Capitão Optato Gueiros, comandante da Brigada Militar de Pernambuco.

Casa Nova, sede do município, estava em polvorosa. Grupos ligados à prefeitura local haviam realizado, antes da ação do governo da Bahia, incursões frustradas ao lugar dos “religiosos”. Aguardavam-se, agora, providências mais “eficientes” do Governo Federal, pois “urgiam medidas determinadas e detentoras do mal que se espalhava pelo

sertão”.¹⁰³ O pequeno “reduto” de Pau de Colher foi ocupado, definitivamente, no dia 19 de janeiro perdendo cerca de quatrocentas pessoas durante o “fogo” que durou três dias.

Homens, mulheres e crianças foram mortos pelas metralhadoras Thompson de cinquenta tiros acionadas pelos soldados pernambucanos. Crianças e adultos circulavam por entre cadáveres, na esperança de encontrar algum parente ainda vivo. Em meio ao fogo muitos fugiram pelo mato em busca de um lugar que os colocassem a salvo dos soldados do Piauí e da Bahia. A Brigada Militar do Piauí juntara-se à pernambucana para as buscas. A tarefa era cumprir a missão primeira: livrar a região de “bandidos” trazendo de volta a ordem pública.¹⁰⁴ Pelas estradas de chão da região circunvizinha, todos se escondiam, abrigavam-se por dentro do mato alto, abandonavam seus sítios em busca de lugares mais seguros do alcance dos “caceteiros e da polícia.

Pensada pelas lideranças políticas de Casa Nova, inicialmente, como uma reunião de pessoas que “só estavam rezando”, conforme afirmou Antonio Honorato, transformasse, em seguida, na preocupação de não se transformar em uma “nova Canudos”.¹⁰⁵ A meta, então, de “livrar o sertanejo da perdição”, impedindo que a desordem se instalasse na região, faz com que o Governo Federal determine a formação do Destacamento do Vale do São Francisco com a missão de extinguir Pau de Colher a todo preço.¹⁰⁶

Casa Nova, o sítio Pau de Colher, o “adjunto”, o cerco da Brigada Militar ao lugar da esperança, o sufocamento do lugar e do tempo, a invasão das tropas policiais militares, a morte dos pais, a morte dos parentes e dos amigos, a demolição de cabanas, o cheiro

¹⁰³ Os jornais da época, **A Tarde**, **Estado da Bahia**, **Diário da Tarde**, o **Pharol** trazem, em suas reportagens, essa opinião. Destacamos o **Pharol**, jornal de Petrolina à época, com as reportagens de Cid Carvalho cuja pesquisa foi realizada no Museu do Sertão, na mesma cidade. O acervo é escasso sobre o evento de Pau de Colher.

¹⁰⁴ “Naquela época a ordem era matar. Dava um prazer enorme quando a gente pegava um bandido daquele e descarregava todas as balas. O que importava era cumprir as ordens dos comandantes. Eu matei muito bandido”. Entrevista realizada em 23, 24 e 25 de março de 2007, em Serra Talhada, no Sítio Barra dos Souza com um dos soldados da tropa do Capitão Optato Gueiros.

¹⁰⁵ Antonio Honorato de Castro, “seu Tonho como chamavam, era o líder Político local na época que Raimundo Santos era prefeito de Casa Nova. Os dois foram presos, após o movimento de Pau de Colher, acusados de protegerem comunistas no local do movimento” afirma sua filha Genilda Viana de Castro Dantas Campos que tinha 19 anos na época. (Entrevista feita em Casa Nova, em 20 de março de 2007).

¹⁰⁶ Infere-se dos documentos constantes nos arquivos das Brigadas Militares que os mesmos sugerem articulações que foram organizadas como uma ação preventiva para evitar qualquer situação crítica de manifestações religiosas que pudessem ameaçar o regime autoritário recém-inserido. Ver sobre o assunto, no livro de Luiz Henrique Tavares, *História da Bahia*, 10ª. ed., Editora da EDUFBA- Ed. UNESP.

forte dos corpos caídos ao chão, as valas coletivas nas quais os corpos foram jogados, o momento da ocupação do acampamento, as prisões efetuadas pelos soldados, as armas nas mãos dos soldados, o ruído do mato na caçada aos “fugitivos”, os umbuzeiros que os abrigaram alimentando-os nos dias de fuga, são cenas vivas em suas mentes. É, portanto, uma memória criada e preservada por eles, sobreviventes do evento, e ancorada no luto, no que perderam de sua vida pessoal e do grupo. Essa memória nega qualquer idéia de terem sido seus pais bandoleiros, como, também, responsabiliza os soldados de terem provocado a morte de seus pais e destruído seus sonhos, narra um dos órfãos: “minha mãe, meu pai, o que eles estavam fazendo de errado? Nada. Nós não somos desocupados. Nós tínhamos um trabalho, casa, comida, plantio, criatório. Nós estávamos rezando e não matando”. Cada detalhe, cada aspecto, cada emoção, e ações vividas pelo grupo de Pau de Colher, têm um sentido para os órfãos.

Pollak (1989, p.4) vai indicar, neste momento, a possibilidade de uma abordagem sobre a memória dos excluídos, pelo caminho das memórias subterrâneas, prosseguindo seu trabalho de subversão no silêncio e de maneira quase imperceptível aflorando em momentos de crise em sobressaltos bruscos e exacerbados.

O “fogo do Pau de Colher” é uma expressão presente em todas as narrativas. O que significa o “fogo”? Ao que leva os órfãos quando se referem ao “fogo do Pau de Colher”? Que imagens são evocadas? Um dos órfãos relata assim:

Quando acabou o fogo, acabou não, porque ele não se acaba. Vai ficar vivo. E ele deu força pra viver. O fogo era as bala, o povo caindo, correndo, gritando, chorando, a prisão do meu pai. Tiro pra todo lado e a gente pequeno no meio do redemoinho. Isso é o fogo pra mim. O fogo do Pau de Colher. Isso não contam não. Nós saímos para os mato, passamos quase um mês nos mato. Quando a polícia chegou nos prendeu.¹⁰⁷

Os acontecimentos, as pessoas, os lugares, os ditos e não ditos ajudaram-lhes a manter a história viva mesmo que correndo num discurso paralelo.

Memória do vapor Barão de Cotegipe e do “trem enorme”

¹⁰⁷ Transcrito literalmente, respeitando seus saberes.

Após decisões oficiais sobre o destino dos menores, com a “adoção” de algumas meninas e distribuição de outras, o grupo de meninos é conduzido ao vapor. É o início da viagem que os arrancaria do lugar de seus costumes. Foi um embarque marcado por choro, mãos estendidas dos familiares na tentativa de ainda conseguir que as autoridades deixassem as crianças permanecer com seus parentes.

O Vapor Barão de Cotegipe está, até hoje, na memória dos órfãos celebrando o momento definitivo da separação. As águas do rio os levariam. O vapor os conduziria para terras estranhas. Gennep (1977) fala do embarque e desembarque como rito de separação material. A travessia de um rio, o ato de subir acompanha os ritos de separação na partida. A cerimônia, para esse momento, no dia em que os órfãos de Pau de Colher embarcaram no vapor Barão de Cotegipe, foi marcada pelo olhar desesperado dos familiares, a admiração dos presentes a esse ato principalmente das autoridades locais. Uma escolta leva os meninos e prisioneiros até o vapor sem a possibilidade do carinho, do beijo, do aperto de mão componentes da despedida. Sem uma palavra, rito verbal para Gennep. Após a separação das meninas, “adotadas” em Casa Nova, o grupo segue até as margens do rio São Francisco onde o vapor Barão de Cotegipe os aguardava.¹⁰⁸ Da casa onde estavam seguiram em cortejo até o vapor aquele que os separaria de sua terra. Seus corpos cansados e alquebrados seguiam para um destino obedecendo às ordens dos comandantes das operações de Pau de Colher. Foi um embarque escoltado pelo ritual da vitória dos “bons” contra a derrota dos “ruins”. Da casa onde ficaram até o rio São Francisco onde estava o vapor era muito próximo. Por entre a porta da casa, onde haviam passado aqueles dias, saía, um a um, nada levando nas mãos ou às costas. Eram, todavia, acompanhados, de um lado, pelos olhares curiosos dos moradores e, por outro, pelos olhares desesperados e mãos estendidas de suas mães, sobreviventes, e parentes que apontavam pedindo seus filhos de volta.

No determinado vapor, sobem, e se organizam em bancos de madeira, no chão, lugares que acolheriam um silêncio carregado de significados, completo da dimensão do sufocamento do sentimento. Sentam. Sobre o que conversaram? Perguntei a um dos órfãos. Nada, disse ele, afirmando: “ninguém sabia conversar nada. A gente só se olhava e olhava tudo. Não era para conversar. Conversar o que a gente nem sabia”. Embarcam todos sobre os olhares esticados dos que ficaram. O que tinham nesse momento, os

¹⁰⁸ Um grupo de meninas seguiu com os meninos para adoção em Salvador.

órfãos? Seus corpos. Suas mãos para apertar uma na outra. Sua cabeça para escorar entre os braços que, por sua vez, descansavam sobre as pernas dobradas. O cansaço, o sono, a fome, a sede ia tomando conta de suas lembranças e, como um bálsamo, rendia-os ao sono. Sono que os anestesiou, durante a travessia, e os fortaleceu ao mesmo tempo. Em seguida, aqueles corpos seguiam embalados pelas águas do rio São Francisco. Ao redor, a paisagem que viam ainda das casas, ficava para trás, seus familiares que nem imaginavam o quanto longe ou perto seria esse novo lugar que “diziam que era para o melhor para eles”. As águas os levavam, paulatinamente, ao encontro de outra terra. Os órfãos olhavam do vapor sua terra ficar cada vez mais distante dos seus olhos até desaparecerem. Agora, seguiam, em silêncio. Nada disseram. Sentimos em suas narrativas cada momento e, como Caldeira (1980, p. 15) defende na lembrança ou no esquecimento o tom de cada um deles. “O que diz não é um depoimentos que vai ter um significado apenas para quem o solicita a fim de descobrir algo; ele é significativo e, em certo sentido, também, uma descoberta para quem o fornece para quem o vive (e revive)”.

Após algumas horas, chegou outro destino, também desconhecido para eles, mas ainda não era o lugar “definitivo”. Era Juazeiro, na Bahia, e, daquele lugar, a viagem seria de trem. Na Estação Ferroviária Leste Oeste, localizada à beira do rio, o vapor “descarrega” aquelas crianças. “Era aqui que a gente ia ficar”? Naquele lugar, as casas eram maiores e mais numerosas, o rio era enorme parecia se juntava com outro, as casas eram juntas, muito juntas das outras. Onde estavam seus sítios, seus criatórios, a cacimba, a carroça, seus jumentos? “Ave Maria, era tudo diferente!” disse um dos órfãos. Finalmente, o desembarque acompanhado de olhares espantados. Do vapor seguem para um depósito da estação e, em seguida, para um dos vagões do trem.

Durante essa travessia, ainda contavam com a presença dos adultos prisioneiros que estavam seguindo para a Vila Militar, em Salvador. Ainda não se consumira a separação total. Os prisioneiros de Pau de Colher também estavam alí. Por seu turno, seguiam para cumprir a pena, não imaginada de quantos anos, por terem sido entendidos como “malfeitores” e “perigosos” para a ordem pública. Seus braços, suas pernas, sua cabeça, suas mãos concedidas aos carrascos que os esperavam em Salvador. Seus corpos estavam machucados, doentes, baleados. Curativos feitos às pressas. Corpos jogados lá dentro do vapor para serem, em seguida, sacrificados sem pena, pelos seus sacrificadores fardados para o sacrifício. Como se configura esse sacrifício? Era a pena de ficarem lá, ao

léu, uma vez que, em suas celas, podiam chorar, gritar, sentir dor e esperar quando viesse o socorro ou seus nomes ostentados nos livros de relatório do serviço de saúde no item “Alta de fanático: por haver falecido em 1º. deste mês teve alta do Hospital da Polícia Militar o fanático S. R. E., que ali se encontrava em tratamento, conforme ordem superior”.¹⁰⁹

Embarcaram no trem. Quanto tempo durou a viagem? Perguntamos R.L. um dos órfãos. “Eu não me lembro disso não, mas não foi muito tempo não”. Não tinham noção do tempo que levaram para a chegada a Salvador. Perguntei quantas refeições fizeram. “A gente não lembra, mas a gente comeu. Eles davam lá pão, bolacha, feijão, farinha era essas coisas. A gente nem pensava nisso. O que a gente pensava era onde tudo ia acabar”.

Os trinta e dois órfãos chegaram a Salvador e, na calçada, da estação já estava um caminhão da Brigada Militar da Bahia esperando. Subiram no caminhão e, ali naquela outra cidade, tudo era completamente diferente do que haviam deixado para trás. Era como se tudo tivesse pelo avesso, na cabeça deles. Na calçada, onde os aguardava o caminhão, a primeira diferença: o calçamento. Nunca tinham visto um “chão daquele jeito”. As pessoas chamavam também a atenção, pelas roupas que usavam, e eles olhavam para as suas roupas, que ainda eram as do sertão, sem saber que iriam se separar desse vestígio do passado, logo em seguida.

Os passos apressados dos que transitavam pela rua também despertou a curiosidade dos meninos. Eram muitos carros, ou melhor, eram carros que muito ou pouco faziam um movimento diferente do seu lugar onde só aparecia um carro “um dia na vida, outro na morte” como no dia que vivenciaram as “balas do Capitão Optato Gueiros”. Eram marcadores de um lugar diferente. Elementos que lembravam os sofrimentos dos dias que antecederam à viagem, a saber, “muita gente fardada, muitos carros de policiais, muitas falas apressadas, muito vai e vem e armas penduradas à cintura dos policiais” nos relata N.D. Pensaram, então, em seus corpos marcados pelas balas, pelos arranhões e ferimentos, dos dias de fuga pelo mato, e se aparavam uns aos outros para seguir o percurso. Sobem no caminhão e, agora, seria a separação entre crianças e adultos para locais diferentes.

¹⁰⁹ Livro da Chefia do Serviço de Saúde e Diretoria do Hospital da Polícia Militar do Estado da Bahia, em 4 de maio de 1938, Boletim nº 97, página nº 125., assinado pelo Major Dr. Oscar M. de Freitas, chefe do Serviço de Saúde e Diretor do Hospital Militar.

Pollak (1989) vai indicar, neste momento, a possibilidade de uma abordagem sobre a memória dos excluídos, pelo caminho das memórias subterrâneas, prosseguindo seu trabalho de subversão no silêncio e de maneira quase imperceptível aflorando em momentos de crise em sobressaltos bruscos e exacerbados.

A memória da separação, levada para o lugar do depositário do *ethos*, memória coletiva e do seu pertencimento, memória do que era comum, apresentaram-se como quadros de referência. O material fornecido para esse enquadramento da memória, ou quadros sociais da memória, foi o vivido pelos órfãos e fornecido por sua história desde suas vidas antes de Pau de Colher e durante Pau de Colher.

Memória do “mercado” de meninas e chegada ao Instituto de Preservação e Reforma.

Novo mercado de meninas se instala nesse momento e, ali, recebidas por senhoras de Salvador que esperavam pela “mercadoria”. Ao chegarem “à capital, ali mesmo na Estação Leste em Calçada nova oferta de criança fora feita”.¹¹⁰ A despedida com um ritual silencioso, só de olhares, afastou-os definitivamente daqueles que foram, durante a travessia, sua âncora sentimental, seu ponto de apoio na qualidade de adultos, sua referência e possibilidade de pensarem protegidos por quem representava seus ancestrais. Colocadas no bagageiro do caminhão, trinta e duas crianças órfãs seguiram para a Escola de Menores. Um dos órfãos diz, procurando suas lembranças: “não sei quanto tempo durou até chegar na Escola de Menores, não”. Estavam longe de seus familiares por dias seguidos. Quanto tempo eles passariam nesse “lugar diferente” não tinham a mínima ideia. O que levavam em suas memórias, sim, sabiam: “Aquilo tudo não saía da minha cabeça, foi pior do que a guerra. Você sabe, menina, sabe o que é ver seus pais mortos, assim bem juntinho, e a gente pedindo para acordar, se deitar em cima do corpo e chorar porque ele não falava com a gente”? Diz um dos órfãos, N. D.

Subitamente o caminhão deixa de funcionar. Os órfãos não sentiram o balanço do caminhão. Ao contrário de suas carroças, conduzido por jumentos, que os levantavam, às vezes bem no alto, em decorrência de caminhos de chão tortuosos, embelezados por terreno ora pedregosos, ora adornados por gravetos que se estiravam em sua passagem

¹¹⁰ Programa apresentado por V. L. em Casa Nova, narrando os acontecimentos. O programa foi ao ar no dia 25 de agosto de 1983.

como um tapete que os conduzia aos seus “matos”, provaram o gosto amargo de um caminhão enorme. O caminhão estaciona e, aquelas cabecinhas todas abaixadas, começam a se levantar por ordem de “um soldado”. “Meu Deus! Era um lugar enorme! Tinha um portão grande, mas o que era a gente não sabia”, recorda um dos órfãos, R.M. No interior da Escola de Menores, depois Instituto de Preservação e Reforma, hoje, FUNDAC, os órfãos não imaginavam o que os aguardava. Entraram perfilados e esperaram em uma sala, de tamanha normal, nem pequena e nem grande, uns sentados, outros em pé, para uma conversa com o diretor. Souberam então que era uma escola.

Na sala de espera havia uma mesa pequena, algumas cadeiras, um quadro e uma bandeira. Olharam sem saber quem era o “homem do retrato”. Esse cenário os leva de volta para os componentes da sala de suas moradas, recheadas de seus santos padroeiros, seus oratórios, lugares sagrados de cantos e rezas, nos quais seus pais reúnem os vizinhos para, em frente às imagens, pedir proteção e chuva.

Na sala de espera muitos preferiram ficar de cócoras, esperando e olhando tudo ao redor. O silêncio tomou conta do lugar da espera, olhos procuravam olhos “a gente olhava um para o outro”. O soldado anuncia: “vocês vão falar com o diretor que vai conhecer cada um”. Entraram um de cada vez, e saía ainda sem saber o que significava tudo aquilo, o que iam fazer ali de fato, quanto tempo ficariam, quem eram os outros meninos que viviam naquela escola e o que tinham feito para estarem ali.

Naquela sala da Escola de Menores, o que estava por trás da porta “sagrada” era alguém que estavam prestes a conhecer. Naquele lugar, faltava o cheiro da terra, o balanço do vento, o juazeiro, o umbuzeiro, as águas das chuvas de inverno, seu jumentinho esperando “no terreiro” a hora de conduzir seu parceiro sertanejo até o criatório, o plantio ou à casa do vizinho. Eram outros os marcadores daquele lugar. Era outro o tempo: “parecia que tudo tinha sido parado para esperar que alguém botasse a gente para se mexer de novo. E parecia que o tempo tinha passado rápido demais de tanta coisa que passou pelas vistas da gente”, completa um dos órfãos, R.A. Outra expectativa tomou conta dos meninos, qual seja, a de quando iriam tirar suas roupas. Era o que faltava para arrancarem materialmente o sertão de seus corpos. Repentinamente, a porta se abre. Entre! Entre! Levanta-se e entra, diz ele. Caminha, R. L. uns passos, e passa pela grande porta que o introduz à sala do diretor. A porta se fecha para ir, em seguida, abrindo-se,

alternativamente, a cada um que entrava conduzido pelo guarda. Que segredo ficou fechado entre as quatro paredes da sala do diretor Edson Tenório?

Memória do ritual de internamento dos meninos: a voz de um dos órfãos de Pau de Colher¹¹¹

Após a chegada a Salvador eles foram transportados em viaturas da polícia para a Rua Pitangueiras, nº 26, Brotas, Piranga, Cidade Alta, Salvador/BA, onde ficaram entre três e oito anos, aproximadamente.¹¹²

Deixaram roupas, sandálias, terço, benditos tudo o que tinham, separando-se da sua cultura, ao entrarem no Instituto de Preservação e Reforma. Nos termos de Genep a pessoa se separa do mundo exterior tirando sapatos, manto, cobertura da cabeça e se agrega comendo, bebendo junto com as outras mesmo que seja apenas durante um momento.

Iniciei pelo que chamei aqui, dentro desse ritual, pela fase da separação, beneficiando-me das narrativas de um dos órfãos do sítio Pau de Colher, R.D.

A escolha dessa narrativa, dentre os órfãos entrevistados, deve-se menos a um critério de hierarquia, entre as narrativas, e mais pelo conjunto de informações trazidas em sua fala, a diversidade de lugares e cenários por ele vividos, desde o início do “adjunto”, em 1938, até o “naufrago” de Pau de Colher e a marcha para a separação.¹¹³ Evidentemente, ao longo do texto, outros órfãos somaram fragmentos de suas experiências, pois estão em entrecruzamentos dos tempos e lugares sociais vividos em comum, como instrui Halbwachs (1994). Dor pelo cotidiano da ruptura sofrida e que permitirá, ao leitor, uma tentativa de visualizar os sentimentos, vividos pelos órfãos, nessa primeira fase da viagem de deslocamento forçado.

¹¹¹ O internamento dos órfãos de Pau de Colher foi no Instituto de Preservação e Reforma chamada na época de Escola de Menores, estava ligado à Secretaria do Interior e Justiça. Hoje funciona o prédio da FUNDAC. O diretor chamava-se Edson Tenório e a orientadora pedagógica Glaphyra Gil Bellazzi. (documento encontrado no arquivo do SDI da Fundac, em 10/05/2006).

¹¹² O retorno dos órfãos de Pau de Colher ao seu lugar de pertença foi paulatino.

¹¹³ “Adjunto” juntamente com “mafuá”, “circo”, “redemoinho”, “balaio”, “ajuntamento” são expressões que aparecem nas narrativas e que nomeiam o lugar onde os religiosos ficaram no sítio Pau de Colher. São termos usados pelos que não participaram efetivamente do movimento e soam como se quisessem demonstrar crítica ao acontecido.

Lembra, R. D., que a chegada ao Instituto de Preservação e Reforma, para onde foram levados em janeiro de 1938, após ver seus parentes enterrados em valas coletivas, a Casa Nova, acontece em meio a presença de pessoas que saíam às ruas para verem aquele desfile de corpos esfarrapados seguindo como para uma sentença de morte.

Após o atendimento aos ferimentos físicos, ele recebe água, pão e café, pois era noite e ficou aguardando, junto aos demais, num salão grande organizado, alguém para dizer o que fariam de suas vidas. A noite, naquela casa grande e fria, foi longa e quase não conseguiu dormir a não ser pelo cansaço da caminhada que antecederia a chegada à cidade. Cedo da manhã, iniciam-se os preparativos para a “arrumação” de suas vidas. O que estava acontecendo é que, algumas meninas iriam ficar em Casa Nova “adotadas” por algumas famílias da região. O destino das outras não se sabia ao certo, apenas que iriam viajar. Nas horas que se seguiram ao amanhecer do dia 24 de janeiro daquele ano, as crianças menores começaram a chorar, ficaram inquietas, agitadas e todos num canto esperando, segundo ele, a decisão do destino de suas vidas. Antes do meio dia chegou um soldado que os conduziria até Salvador e, em seguida, tomaram conhecimento que os trinta e dois meninos iriam para uma escola: o Instituto de Preservação e Reforma, na época, Escola de Menores.

Durante a separação, os órfãos de Pau de Colher vão acumulando uma longa memória. Foram recordando como única via de sustentação de sua história. Foram reunindo os fragmentos, juntando os pedaços. Mesmo atravessando situações distintas das vividas em seus povoados a memória de seu lugar permanece presente em suas lembranças. Seria preciso uma mudança sensível para que o contrário acontecesse, mas os tempos e situações plurais, vivenciadas pelos órfãos, foram como diz Halbwachs, sempre um tempo contínuo [**que se tornou**] (grifo nosso) acessível em toda sua extensão. Quando se transforma é que um novo tempo começa para ele, assegura:

Mas o tempo antigo pode subsistir ao lado do tempo novo, e mesmo nele, para aqueles de seus membros, para quem uma tal transformação tenha abalado menos, como se o antigo grupo recusasse a se deixar absorver inteiramente pelo novo grupo que nasceu de sua substância. (HALBWACHS, 1994, p. 123).

Experimentam nessa primeira vivência da saída de seu lugar de memória, de tradição de afetividades, o afastamento desse lugar e a aproximação a outro lugar e, assim, vão acumulando dois quadros de pensamento. Foi em cada um deles que se colocaram para encontrar as lembranças dos quadros em que estavam localizados. Assim, para encontrar seus lugares de vida, seus povoados, suas moradas, a saber, Pau de Colher, Queimadas, Proeza, Lagoa do Alegre, Lagoa Comprida, Castanheira, Batateira, no labirinto dos novos cenários, eles se transportaram, em pensamentos, durante toda a travessia, até aqueles lugares que alojavam ao significado de suas vidas.

Halbwachs (1994, p. 129) afirma que, “nos novos cenários encontramos particularidades do antigo, pois só temos pensamento somente para estes”. Os órfãos de Pau de Colher levaram em seus pensamentos os traços de seus lugares e a subsistência desses traços, continua o autor, “basta para explicar a permanência e a continuidade do próprio tempo e que seja [é] possível nela penetrar, a qualquer momento, através do pensamento”.

Para Halbwachs (*ibid.* p.143) “não há memória coletiva que não se desenvolva num quadro espacial”. O espaço, durante a viagem de desagregação, foi para os órfãos de Pau de Colher fundamental. O espaço é uma realidade dura e nossas impressões se sucedem uma à outra, nada permanece em nosso espírito e não seria possível compreender que pudéssemos recuperar o passado, se ele não se conservasse, com efeito, no meio natural que nos cerca. Os órfãos de Pau de Colher foram reconstruindo esses lugares durante aquela viagem. Não queriam esquecer. Lutavam para não esquecer. Cenas afetivas do convívio familiar, cenas fortes do “fogo de Pau de Colher”, sentimento de abandono, de desespero, de separação, da *liminaridade*.

Nossas roupas não eram mais roupas. A gente corria pelos lugares que fosse. O que a gente tinha na mente é que tinha um soldado atrás de nós. E a gente sem proteção. A proteção nessa idade quem é? Os pais”. N. D. relembra, demonstrando seu abandono, até hoje.

Assim, o conjunto de situações e elementos da natureza que rodeavam os órfãos de Pau de Colher, antes da separação, constitui-se em objetos que confeccionavam com o que a natureza oferecia. Passado que não passou. O sentido do passado que é uma dimensão permanente da consciência humana, um componente inevitável das instituições, valores e outros padrões da sociedade humana (HOBBSAWM, 1998). Um passado como um

processo de tornar-se presente. Atração forte desse passado como continuidade e tradição, como nossos antepassados, é forte assevera o autor.

Esses dias de meninice são guardados em sua memória e, em silêncio, no vapor, no trem, e na calçada onde seriam separados das meninas que os acompanharam naquela travessia, estabelecem a representação do seu passado que é convocado pelos “quadros sociais” daquele momento da separação. Mas do que um sentimento estético ou de utilidade, os objetos nos dão um sentimento à nossa posição no mundo, à nossa identidade. Como afirma Bosi (1994, p. 441) “Mais que da ordem e da beleza, falam à nossa alma em sua doce língua natal. É uma ordem que os unia e os separava. Unia ao mundo da sua tradição, defendendo-os de outra ordem”. Acrescenta, ainda, a autora de **Memória de Velhos**, citando Vitória Morin, serem objetos biográficos, pois envelhecem com o possuidor e se incorporam à sua vida. Digo, para o caso dos órfãos de Pau de Colher, ser objetos e situações que representam a experiência vivida por eles em seu grupo de origem.

Sobre a importância da memória, coisas e sentimentos, diz Bosi (1994, p. 452): “À resistência muda das coisas, à teimosia das pedras, une-se a rebeldia da memória que as repõe em seu lugar antigo”. A *liminaridade* dos órfãos de Pau de Colher será revestida de resistência, teimosia, rebeldia, conformação, dissimulação.

Considerações

O narrado pelos órfãos foi de uma realidade vivida diretamente. De certa forma estamos dentro da história, pois é recorrente na história do país. Acredito ter escrito o que era preciso escrever para esse momento. Ele não acabará nem que queiramos. Fios do rolo estão quilometricamente juntos esperando que outros pesquisadores continuem a desfiá-lo. O realizado, por ora, foi possível pelo narrado. Pela generosidade dos que passaram por esse drama na pele. Fui lendo, pensando, escrevendo, juntando o partido, cortando, costurando, descosturando, alinhavando. Pontos maiores, outros menos. Às vezes a linha soltava-se da agulha.

Acredito que, cada cena da história da separação dos órfãos de Pau de Colher dos seus lugares de origem, cada recorte, cada “pecinha de fuxico” foi artesanalmente erguido. Trazida à tona, penso. Claro que não é melhor do que o tecido dessa história.

Com os órfãos de Pau de Colher, a memória dos acontecimentos, os lugares, os tempos vividos foram, com eles, para a *liminaridade*, alimentando suas forças de ação, fazendo-os agir sobre o cotidiano no Instituto de Preservação e Reforma o que levou à viagem de retorno ao seu lugar de origem, afirmo.

Os lugares e tempos do vivido, pelos órfãos de Pau de Colher, colaboraram para fornecer à sua memória material para nutri-la. No interior desses lugares cenas se desenrolaram. Relataram sobre lugares, tempos, objetos, Casa Nova, Pau de Colher, o “adjunto”, os santos, os rosários, o cheiro dos cadáveres, o barulho das metralhadoras, os gritos de medo, o choro por ver o corpo de seus pais estendidos no chão, o pavor do soldado carregando uma arma nas mãos, as marcas das balas no corpo dos que sobreviveram, a travessia pelo rio São Francisco e a chegada ao Instituto de Preservação e Reforma.

Abrimos oportunidade para que trinta e dois órfãos tivessem voz, além dos demais remanescentes não órfãos importantes para erguer esse artigo. Gente de carne e ossos, nossos vizinhos, conhecidos, nordestinos, brasileiros. Foi possível vê-los concretizando sua humanidade, ao contrário de se pensarem como filhos de “insandissados”, de “fanáticos”, de “desumanos”, de “gente do outro mundo” necessitando de civilização.

As narrativas dos órfãos de Pau de Colher saíram de um drama da vida real e isso nos ajuda a entender a riqueza da vida cotidiana, principalmente em seus momentos de suspensão, da *liminaridade*, como é o caso dos órfãos.

Entendo ser uma consideração que faço, a partir das várias narrativas construídas conjuntamente. São construções erguidas em suas moradas, em seus povoados, na relação com eles, no dia a dia, em suas histórias de vida, em suas experiências autobiográficas, em observações o que exigiu muitos dias, meses, anos de pesquisa.

Há muito mais o que escrever. Faremos em outros momentos.

Referências

BOSI, Eclea. **Memória e Sociedade**. Lembranças de velhos. 3ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Antropologia e Poder:** Uma resenha de Etnografias Americanas Recentes. In Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais, BIB, Rio de Janeiro, n. 27, pp. 1-96, 1º. Semestre, 1989.

GENNEP, Arnold Van. **Os Ritos de Passagem.** Petrópolis, Vozes, 1977.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** Presses Universitaires de France, 1994.

HOBBSBAWN, Eric. **Sobre História;** tradução de Cid Knipel Moreira. – São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. **In: Estudos Históricos (Memória),** Rio de Janeiro, vol. 2, nº 3, PP. 3-15, 1989.

_____. Memória e identidade social. In: **Revista Estudos Históricos,** Rio de Janeiro, nº 10, CPDOC, FGV, 1992.